



ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

No dia 27 de novembro de 2024, às 8h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno e da Resolução nº 002/2024, que cria o Programa Alesc Itinerante, reuniram-se no Complexo de Eventos Tabajara, no Município de Chapecó, sob a presidência do Senhor Deputado Altair Silva e vice-presidência do Senhor Deputado Massocco, os demais membros da Comissão: Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Neodi Saretta, Deputado Oscar Gutz e Deputado Volnei Weber. Havendo quórum Regimental, o Senhor Presidente abriu a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, cumprimentando os presentes e passando a palavra ao Deputado Neodi Saretta, que relatou o PL./0153/2024, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “Altera o anexo único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para o fim de declarar de utilidade pública estadual o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Guarujá do Sul”. Com a palavra, o Deputado Neodi Saretta exarou parecer favorável ao PL./0153/2024, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Deputado Volnei Weber relatou o PL./0214/2024, de autoria do Deputado Altair Silva, que “Dispõe sobre amparo à circulação de máquinas agrícolas em Rodovias Estaduais”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o Deputado Napoleão Bernardes fez a leitura do relatório do Deputado Camilo Martins referente ao PL./0162/2024, de autoria do Deputado Oscar Gutz, que “Institui o Abril Amarelo, mês dedicado a ações de conscientização sobre a importância da defesa da propriedade privada e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que ‘Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado’, para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Oscar Gutz relatou o PL./0020/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, que “Institui, no Estado de Santa Catarina, a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural por meio da Qualificação da Oferta Educacional, e adota outras providências”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Depois, o Senhor Presidente solicitou inclusão na pauta do RCC/0221/2024, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, requerendo convite ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde, com



o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Havendo concordância, o requerimento foi posto em discussão e votação, restando aprovado por unanimidade. Posteriormente, o Senhor Presidente manifestou ter sido surpreendido com uma decisão da Secretaria de Estado da Educação do fechamento da maioria das Casas Familiares Rurais de Santa Catarina, a seu ver um dos principais instrumentos para permanência do jovem no campo e formação de sucessores nas propriedades rurais. O Senhor Presidente passou a palavra à Deputada Luciane Carminatti, que informou que a determinação das Coordenadorias Regionais da Educação é de não abrir novas turmas de 1ª ano nas escolas rurais, o que, a seu ver, determina o fim da escola. A Deputada Luciane Carminatti pediu então apoio dos deputados da Comissão à moção de sua autoria pela manutenção das matrículas para as turmas de 1º ano. Na sequência, em atenção ao RCC/0201/2024, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Anélio Thomazzoni, produtor rural da cidade de Vargeão, que relatou sua experiência pioneira na geração de energia elétrica a partir do biogás produzido com os dejetos da suinocultura. Relatou que o primeiro biodigestor em sua granja foi instalado em 2004, com início da geração de energia em 2015. Informou que a capacidade atual de geração é de 300 kVA e 160.000 kW/mês. Explicou que a diferença é que o gerador, em vez de diesel ou gasolina, é movido por biogás, produzido exclusivamente a partir do dejetos da suinocultura com destaque para o ótimo custo-benefício. Relatou que o número de plantas de biogás era de seis em 2004, passando para 920 neste ano. Destas, Santa Catarina possui 126, enquanto o Paraná possui 400, graças à política de incentivo do Governo do Estado vizinho. Informou que o Brasil tem potencial para 50 mil biodigestores e concluiu sua fala entregando aos deputados a terceira edição do Manifesto do Biogás do Brasil, em que solicitam que Santa Catarina e Rio Grande do Sul também promovam políticas de incentivo ao uso de biodigestores. Encerrada a participação do Senhor Anélio Thomazzoni, o Senhor Presidente passou a palavra ao Presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), Senhor Losivanio Luiz de Lorenzi, para explanar sobre a situação dos produtores de suínos independentes de Santa Catarina, conforme RCC/0037/2024. Com a palavra, o Senhor Losivanio Luiz de Lorenzi contextualizou que no mundo há cerca de 70 milhões de fêmeas reprodutoras, dessas 5,6 milhões estão na América Latina; 2,9 milhões no Brasil; a China com 41 milhões, a União Europeia com 10,5 milhões e os Estados Unidos com 6 milhões de fêmeas reprodutoras. Relatou que, no ano passado, Santa Catarina exportou 494 mil toneladas e, neste ano, 543 mil toneladas; o que representa um acréscimo de 9,91% em quilos e 6,52% em dólares. Ponderou que, no mesmo período, em relação às exportações brasileiras o incremento foi de 8,6% em quilos e 4,98% em dólares. Lembrou que o setor passou por



forte crise, especialmente no ano de 2022, com a alta do preço do milho – que chegou a R\$100 reais a saca - impactando num custo de produção de R\$7,60/kg, com o preço de venda do quilo do suíno a R\$ 4. Destacou que essa situação fez com que vários produtores abandonassem a atividade, que agora está num contexto mais favorável, porém com passivo a recuperar. Alertou também sobre problemas sanitários que estão sendo enfrentando em diversos países da África, União Européia, além de China e Itália, com destaque para a peste suína africana. Apresentou um levantamento feito pela ACCS sobre a biossegurança nas propriedades rurais dos produtores independentes e mini-integradores, que apontou que das 756 propriedades, com um total de 75 mil matrizes, foi constatado que apenas 10% têm a propriedade dentro das normas de biossegurança. Por fim, o Senhor Losivanio Luiz informou que recentemente assumiu a presidência do Bloco Regional de Intendentes, Prefeitos, Alcaldes e Empresários do Mercosul – BRIPAEM, formado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Equador e Bolívia, por meio do qual pretende envidar esforços para impulsionar a criação da Rota do Milho. Finalizadas as explanações dos convidados, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Massocco, que se referiu à questão anteriormente tratada do fechamento das escolas rurais; informou que tinha acabado de conversar com o Governador do Estado e que tinha também uma resposta do Secretário de Estado da Educação, que relatou que estava havendo uma mudança em quem irá coordenar o projeto, passando da Arcafar-SC para a Epagri. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e convidados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Complexo de Eventos Tabajara, 27 de novembro de 2024.

Deputado Altair Silva
Presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural